

Fernando Molica

Veríssimo e o prazer de ler e escrever

Luis Fernando Veríssimo, que morreu no sábado, ensinou muita gente a ler com prazer. Duvido que alguém que escreva profissionalmente — ou tenha buscado fazer isso — não invejasse seu jeito de lidar com as palavras.

Duvido também que essa mesma pessoa, assim como quem não quer nada, quando ninguém estivesse olhando, jamais tenha tentado imitar as frases de LVF, sua pontuação, seu jeito de fingir que ia — e acabava indo, ou voltando pra ir depois.

Escrevia como Didi jogava. Postura sempre ereta e elegante, cabeça lá no alto; pés que determinavam mudanças bruscas no ritmo e no compasso, que faziam com que a bola mudasse de direção. Uma literatura que, como o bom futebol, terminava com bola na rede.

Quando comecei a ler suas crônicas, fiquei impressionado pelo jeito com que ele conseguia ser simples e sofisticado, dono de uma insuperável capacidade de ironizar, com muita argúcia, perspicácia e carinho, a vida privada de cada um de nós, a dele incluída. Seus textos eram enxutos, sem qualquer gordura: “Tinha os seios como eu gosto, um de cada lado” (Mort, Ed Mort).

Com aquele jeito bonachão, foi um dos mais sarcásticos críticos da ditadura militar e de seus cúmplices. Aplicava suas rasteiras de

maneira quase delicada, muitos dos gorilas de plantão só devem ter notado o tamanho do tombo depois de nocauteados, no chão.

Incluiu nas tirinhas das Cobras uma espécie de rinoceronte de carcaça blindada que, com seus óculos escuros, emulava ditadores e acabava com a alegria daqueles répteis de traços simples e expressivos.

No ocaso do regime, inventou a Velhinha de Taubaté, a última brasileira que ainda acreditava no governo: seu gato de estimação tinha o nome do porta-voz do general João Figueiredo, Carlos Átila. Anos depois, decepcionado com medidas de viés liberal tomadas por Fernando Henrique Cardoso, escreveu que ele, que tanto flertara com a esquerda, fora sequestrado e em seu lugar fora colocado um tal de Éfe Agá. O presidente sentiu o golpe, disse que, dos Veríssimos, só lia o Erico.

A educada e afiada troca de farpas entre LVF e FHC chega a dar saudades, remete a tempos mais saudáveis, em que a inteligência — e não a grosseria, a agressão e a mentira deslavada — tinha espaço no debate político-institucional.

Simpático à esquerda e ao PT, Veríssimo construiu uma espécie de unanimidade. Os que não gostavam de suas posições políticas acabavam se rendendo ao seu olhar original e ferino sobre a tal da família brasileira, então

mais tolerante e aberta ao novo, a um humor que jamais foi parceiro do preconceito, que nunca zombou dos que apanhavam.

Veríssimo — e aqui foco no cronista, no contista e no roteirista — fazia com que ríssemos de nós mesmos, expunha nossos egos e vaidades a uma espécie de versão soft do joelho do seu analista nascido em Bagé. Trazia no próprio nome imperfeições gramaticais — a falta de acento no prenome e no sobrenome — que lhe apontavam um caminho, um jeito de lidar com a vida e com a literatura. Fazer o quê?

Torcedor do Internacional (dizia que se o Grêmio jogasse contra um time de cachorros seria capaz de colocar em si uma coleira para latir na arquibancada), cultivava, no Rio, uma doce simpatia pelo Botafogo.

Durante muitos anos, durante a Grande Seca de títulos do Alvinegro, entre 1968 e 1989, conservei numa placa de cortiça exposta no quarto uma tira em que duas cobras, à noite, olhavam para o céu e conversavam sobre o futuro, sobre o ano novo.

Uma perguntou algo sobre grandes conquistas; a outra respondeu que pensava em outro assunto. Mirava, lá no alto, uma única e solitária estrela, emoldurada pelas linhas curvas do escudo do Botafogo. A conquista chegaria, estava escrita por Veríssimo naquela estrela.

Tales Faria

Prisão domiciliar é possível, mas Bolsonaro passa por presídio

Já é dado como certo, até mesmo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que ele será condenado por tentativa de golpe de Estado no julgamento que começa nesta terça-feira, 2, no Supremo Tribunal Federal (STF). Mas Bolsonaro cobra de seus advogados que ele fique em prisão domiciliar e que não siga para algum presídio.

O mais provável é o Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, onde mora atualmente. A Papuda é em uma região de segurança máxima onde foram erguidos 4 presídios. Tem capacidade para cerca de 5.300 detentos, mas, superlotado, o presídio abriga entre 2 mil e 3 mil a mais, segundo integrantes da antiga CPI do Sistema Penitenciário.

Embora haja, na Papuda, dependências especiais para autoridades, o clã Bolsonaro vê na possível passagem pelo presídio uma carga simbólica negativa que deverá ser utilizada pelos adversários políticos do ex-presidente.

Vale lembrar que os bolsonaristas até hoje utilizam em suas campanhas a prisão sofrida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Daí o fato de Bolsonaro e seus familiares terem determinado

aos advogados que evitem ao máximo a sua passagem pelo presídio da Papuda.

Juristas ouvidos pela coluna acreditam, em sua maioria, que Bolsonaro será beneficiado pela prisão domiciliar, em função dos problemas médicos causados pela facada que sofreu durante a campanha eleitoral de 2018.

No entanto, eles avaliam ser muito difícil, se não impossível, que Bolsonaro deixe de passar pela Papuda. Um desses juristas, que foi ministro da Justiça, afirma:

“Enquanto não for definitivamente condenado, ele poderá ficar em dependência especial da Polícia Federal, como o presidente Lula ficou. Lá terá toda assistência de que pode precisar. Já na Papuda, há uma área para autoridades. Aí seria uma questão de logística a sua permanência.”

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, explica que, após o trânsito em julgado da condenação, Bolsonaro “vai mesmo para uma penitenciária”. Em Brasília, será na Papuda; no Rio, seria em Bangu, como foi o caso dos ex-governador Sérgio Cabral Filho:

“É assim que determinam a lei e a jurisprudência. Condenado em definitivo pelo STF, o ex-presidente Fernando Collor foi

recolhido ao presídio de Maceió. Depois, pleiteou a prisão domiciliar e o Judiciário entendeu que ele tinha esse direito. Mas Collor foi para o presídio após o trânsito em julgado. Como foi o ex-governador Paulo Maluf, que começou a cumprir pena na Papuda. Assim como irão os generais e os ex-ministros. Hoje, o general Braga Neto cumpre prisão preventiva em um estabelecimento militar. É a lei. Transitou em julgado, penitenciária.”

O professor e ex-desembargador Wálter Fanganiello Maierovitch afirma que “não é humano e nem justo” exigir-se, de pessoas que necessitem de cuidados especiais, médicos e ambulatoriais, que permaneçam em estabelecimentos onde o Estado não oferece assistência de maneira satisfatória.

“Bolsonaro tem problemas em decorrência da insana facada recebida. Por isso, em tese, poderá obter autorização para saídas temporárias para tratamento fora do estabelecimento prisional ou, verificada a necessidade, a concessão de prisão domiciliar, que será sempre provisória. A cada período realizam-se novas perícias e prorrogações.”

Ou seja, será muito difícil para seus advogados evitar que o ex-presidente Jair Bolsonaro passe por um presídio.

Sérgio Cabral*

Poder Público

Na última sexta-feira assistimos a uma mega operação do governo brasileiro de combate ao crime organizado envolvendo bases de combustíveis, postos de abastecimento e agentes financeiros.

Sob a liderança do ministro da justiça, Ricardo Lewandowski, e do ministro da fazenda, Fernando Haddad, a polícia federal, receita federal e o ministério público trabalharam coordenados em uma operação de magnitude jamais vista no país. Um trabalho de excelência que implicou em investigação, coordenação e inteligência aplicadas em grau máximo de efetividade.

Assim que eu cheguei ao governo do Rio, em 2007, havia uma situação muito estranha de regime fiscal especial para uma determinada empresa do setor de combustíveis.

Meu secretário de desenvolvimento econômico, Júlio Bueno, levou-me um relatório assustador sobre esse regime especial que gerava muitos prejuízos na competição na venda de combustíveis. Não mais chocante do que o relato do meu secretário de fazenda, Joaquim Levy, que apontava uma evasão de centenas de milhões de reais dos cofres públicos.

Acabamos com o regime especial da tal empresa por intermédio de um decreto as-

sinado por mim. Mas a reação dos beneficiados foi forte e poderosa na justiça. Para isso foi travada uma luta tendo à frente a procuradoria geral do estado, sob a liderança da Dr^a Lucia Léa Guimarães, que nos deu a vitória no STF.

Em seguida, criamos uma estrutura diferenciada para coibir a evasão de impostos nas divisas do estado: o programa Barreira Fiscal, sob a coordenação do secretário de governo, Wilson Carlos, que envolvia desde policiais a auditores da receita. O resultado foi espetacular. O aumento na arrecadação do estado foi significativo. No caso dos combustíveis, chegávamos a escutar caminhões até os locais das bases das empresas ou postos de revenda para checar o passo-passo da entrega e se não haveria qualquer distorção seja no próprio combustível ou na nota fiscal do produto.

Não há outra forma de combater o crime organizado que não seja com a transversalidade dos diversos segmentos do poder público na troca de informações e nas ações em conjunto.

Nosso programa Barreira Fiscal estabeleceu-se nas divisas do estado do Rio. Nas principais rodovias tínhamos equipes per-

manentes. O estado faz divisa com os três estados do Sudeste: São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Além disso, tínhamos patrulhas móveis que cercavam os sonegadores que buscavam rotas alternativas em estradas vicinais.

Nosso governo produziu, por essas e outras ações, o maior crescimento de arrecadação do ICMS da história. Bem, vale dizer, que, pasme!, entramos em 2007 e desde 1989 não havia concurso público para auditores da receita estadual. Triplicamos o efetivo de auditores com sucessivos concursos. Assim como fizemos diversos concursos nas polícias e na procuradoria do estado.

Não há outra maneira de combater quaisquer ações criminosas sem ter o setor público fortalecido. E não há outro caminho que não seja a promoção permanente de concursos públicos e o fortalecimento e a qualificação de nossos servidores públicos. Principalmente nas chamadas carreiras de estado. Aquelas que são essenciais ao funcionamento da máquina pública.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

EDITORIAL

COP-30 e seus efeitos para o Brasil

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), agendada para 2025 em Belém, Pará, enfrenta um desafio logístico monumental: a infraestrutura de hospedagem. Embora a escolha de uma cidade amazônica como sede seja um passo estratégico para focar a atenção mundial na preservação da floresta tropical, os problemas de acomodação podem ter efeitos negativos significativos para o Brasil. Com uma estimativa de 50 mil participantes, incluindo líderes mundiais, diplomatas, cientistas, ativistas e jornalistas, a capacidade hoteleira de Belém, que é limitada, levanta sérias preocupações. A falta de leitos suficientes e a alta demanda inevitavelmente inflacionarão os preços, tornando a participação na COP 30 proibitivamente cara para muitos e potencialmente excluindo organizações da sociedade civil e ativistas que são cruciais para o debate.

Essa situação não apenas afeta a dinâmica da conferência, mas também lança uma luz desfavorável sobre a capacidade do Brasil de organizar grandes eventos internacionais. A imagem de um país que não consegue garantir acomodação básica para seus convidados pode prejudicar sua credibilidade diplomática. A organização da COP 30 é uma oportunidade ímpar para o Brasil se posicionar como líder na agenda climática global. Contudo, falhas logísticas podem desviar o foco da discussão sobre a Amazônia e o combate às mudanças climáticas para os problemas internos de infraestrutura. Esse desvio de atenção pode-

ria comprometer a capacidade do país de influenciar o resultado das negociações, minando seus esforços para liderar a transição global para uma economia verde.

Para mitigar esses problemas, soluções criativas e de curto prazo têm sido discutidas. Uma delas é o uso de navios de cruzeiro atracados no porto de Belém, que funcionariam como hotéis flutuantes. Outra proposta é a mobilização da rede de hotéis de cidades vizinhas e a organização de transporte para os participantes, bem como o uso de residências de família para hospedagem. Apesar de inovadoras, essas soluções exigem uma coordenação impecável. Se implementadas de forma ineficiente, podem gerar mais problemas, como atrasos e transtornos. Os problemas de hospedagem da COP 30 não são apenas uma questão de conforto para os visitantes; são um teste para a diplomacia e a logística brasileira, e sua resolução determinará se o Brasil pode transformar esse evento em um verdadeiro sucesso global ou se ele se tornará um exemplo de oportunidade perdida.

Mesmo estando a poucos meses de realização do evento, ainda é possível fazer com que mais nações venham a participar do evento, além das 60 já confirmadas. O Brasil não pode ficar manchado justamente na reunião 15 anos depois do Acordo de Paris, que foi considerado uma das mais importantes no quesito ambiental e, mesmo não tendo suas diretrizes realizadas, ele ainda está em voga para ser restaurado e melhorado em plena floresta Amazônica.

Saúde na estrada é urgência, não favor

Poucos profissionais conhecem tão bem o Brasil quanto os caminhoneiros. São eles que ligam as pontas de um país continental, transportando alimentos, medicamentos, combustíveis e tudo o que mantém a economia girando. No entanto, esse mesmo Brasil que tanto depende deles, por muito tempo tem falhado em oferecer o mínimo: cuidado com a saúde desses trabalhadores.

É nesse contexto que ganha relevância o anúncio da apresentação, na próxima quinta-feira (4), do modelo de unidades móveis de saúde para caminhoneiros, iniciativa do programa Agora Tem Especialistas, do Ministério da Saúde. O projeto, desenvolvido em parceria com o Ministério dos Transportes e com apoio da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS), busca levar atendimento primário a quem vive na estrada, com

pouco ou nenhum acesso regular ao sistema público de saúde.

A proposta é simples e necessária: oferecer atendimento médico em pontos de parada estratégicos, como postos de combustíveis, portos e áreas de descanso, por meio de unidades móveis e semifixas, equipadas com insumos e profissionais capacitados. O objetivo é atender à população caminhoneira onde ela está, respeitando a dinâmica de uma profissão marcada por longas jornadas, ausência de rotina e desafios logísticos.

A justificativa apresentada pelo Ministério da Saúde é contundente. Muitos caminhoneiros não têm moradia fixa ou vivem em regiões com infraestrutura precária, o que torna o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) uma tarefa árdua. Somado a isso, o estilo de vida exigido pela profissão contribui para o agravamento de doenças crônicas.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.